

## A PANDEMIA DESVELANDO O PRINCÍPIO DEMOCRATIZANTE DO ENSINO: ACESSO E QUALIDADE PARA QUEM?

*THE EMPLOYEE'S CRIMINAL ACCOUNTABILITY BY THE COMPANY'S INTERNAL RULES*

***Adriana Aparecida de Almeida Marcolin***

Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil. E-mail: [adrianamarcolin@gmail.com](mailto:adrianamarcolin@gmail.com)

***Adair Adams***

Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Vacaria, RS, Brasil. E-mail: [adair.adams@vacaria.ifrs.edu.br](mailto:adair.adams@vacaria.ifrs.edu.br)

 <https://orcid.org/0000-0003-1689-2691>

***Rogério Ferraz de Andrade***

Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: [motivandogente@gmail.com](mailto:motivandogente@gmail.com)

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v1i1.12>

Recebido em: 30.06.2020

Aceito em: 20.08.2020

**Resumo:** A pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19 tem causado um impacto profundo em nosso modo de viver e organizar a sociedade. De modo particular afetou em cheio a educação, segmento que sofrerá as consequências a longo prazo, pois está interligada com o todo da sociedade, seja pelo contato social alunos-família-professores, seja pelo investimento que será reduzido e, ainda, pela falta de intenções de refletir sobre a nossa organização educacional, seu papel, seu sentido e horizontes a serem alcançados. Propõe-se aqui não uma nova forma de educar em tempos de pandemia, mas o que ela provoca reflexivamente em nós sobre o estado atual da educação. Assim, antes de apressar-se em ferramentas e estratégias para voltar a uma espécie de normalidade nas atividades educacionais, compreendemos que é preciso olhar para as necessidades, o lugar e perspectivas da educação brasileira. Neste sentido, este estudo propõe analisar as possíveis consequências pós-pandemia, frente à precarização no acesso ao conhecimento, por estudantes de três instituições de ensino. As discussões teóricas estão apoiadas nos referenciais de Arendt, Libâneo, Rohden, Sacristán, Santos, Savater, Saviani e Duarte.

**Palavras-chave:** Educação. Pandemia. Ensino.

**Abstract:** The New Coronavirus pandemic - COVID-19 has had a profound impact on the way we live and organize society. Particularly, it affected education, a segment that will suffer the long-term consequences, as it is interconnected with the whole of society, either through social contact between students, family or teachers, or because of the investment that will be reduced and, also, due to the intentions to reflect on our educational organization, its role, its meaning and horizons to be reached. It is proposed here not a new way of educating in times of a pandemic, but what it reflexively does to us about the current state of education. Thus, before rushing into tools and strategies to return to a kind of normality in educational activities, we understand that it is necessary to look at the needs, the place and perspectives of Brazilian education. In this sense, this study proposes to analyze the possible post-pandemic consequences, given the precarious access to knowledge, by students from three educational institutions. Theoretical discussions are supported by the references of Arendt, Libâneo, Rohden, Sacristán, Santos, Savater, Saviani and Duarte.

**Keywords:** Education. Pandemic. Teaching.



## 1 Considerações iniciais

A pandemia do Novo Coronavírus – Covid-19 tem causado um impacto profundo em nosso modo de viver e organizar a sociedade. São notórios os problemas no sistema de saúde, dadas as incertezas no diagnóstico e tratamento de infectados, de acordo com fonte<sup>1</sup> do Governo Federal, ou a economia do Estado, por desencadear situações de pobreza ou miserabilidade em massa, decorrente do grande número de pessoas sem possibilidade de desempenhar suas ocupações profissionais, e, por isso, sem acesso ao mínimo necessário para sobrevivência. De modo particular afetou em cheio a educação, segmento que sofrerá as consequências a longo prazo, pois está interligada com o todo da sociedade, seja pelo contato social alunos-família-professores, seja pelo investimento que será reduzido e, ainda, pela falta de intenções de refletir sobre a nossa organização educacional, seu papel, seu sentido e horizontes a serem alcançados.

É sobre a educação em tempos de pandemia que o presente capítulo irá versar. Frente a tantas adversidades, vivenciamos na educação uma de suas maiores crises, especialmente na rede pública de ensino, já que a vulnerabilidade e a precariedade das famílias influenciam diretamente no trabalho da instituição escolar, ultrapassando significativamente a capacidade de administrar uma pedagogia que seja inclusiva e não segregadora. Libâneo (2013) afirma com precisão a necessidade de condições básicas de vida para que tenhamos possibilidades de construir uma educação de qualidade. Essa argumentação se tornou mais clara e com maior força neste momento de reorganização das atividades escolares de forma remota, Educação à Distância (EAD), virtual, enfim, de modo não presencial.

A motivação para o registro destas discussões, de modo virtual, seguindo o distanciamento social<sup>2</sup>, partiram das reflexões sobre o atual contexto educacional. Nos diferentes níveis e modalidades de ensino, docentes e discentes, tiveram que enfrentar o distanciamento social, e com isso, a sociedade direcionou olhares e opiniões às dinâmicas das instituições escolares, com a finalidade de que os estudantes continuassem sendo “ocupados” em suas tarefas ou em seu tempo, ou ainda, como seria administrado um novo calendário letivo. Propõe-se aqui não uma nova forma de educar em tempos de pandemia, mas o que ela provoca reflexivamente em nós sobre o estado atual da educação. Assim, antes de apressar-se em ferramentas e estratégias para voltar a uma espécie de normalidade nas atividades educacionais, compreendemos que é preciso olhar para as necessidades, o lugar e perspectivas da educação brasileira.

A partir da necessidade de reorganização ou de redimensionamento das tarefas pedagógicas, evidenciaram-se fragilidades no sistema de ensino, desvelando uma problemática há muito tempo apresentada, a democratização<sup>3</sup> do acesso ao ensino com qualidade, além da análise sobre as condições de acesso aos estudantes de instituições públicas e instituições privadas. Neste caso, surgia outro problema que não era somente a oferta, ou a qualificação

1 Informações sobre evolução do número de casos do COVID-19, disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 25 maio 2020.

2 “Distanciamento social é a diminuição de interação entre as pessoas de uma comunidade para diminuir a velocidade de transmissão do vírus. É uma estratégia importante quando há indivíduos já infectados [...]” Quarentena? Disponível em: [https://www.ufrgs.br/telessaunders/posts\\_coronavirus/qual-a-diferenca-de-distanciamento-social-isolamento-e-quarentena/](https://www.ufrgs.br/telessaunders/posts_coronavirus/qual-a-diferenca-de-distanciamento-social-isolamento-e-quarentena/). Acesso em: 25 maio 2020.

3 “A democratização do ensino supõe o princípio da igualdade, mas junto com o seu complemento indispensável, o princípio da diversidade. Para que a igualdade seja real e não apenas formal, o ensino básico deve atender a diversificação da clientela, tanto social, quanto individual” (LIBÂNEO, 2013, p. 39).

do profissional docente para o trabalho virtual, mas a falta de condições ao acesso, para boa parte dos estudantes. Neste sentido, este estudo propõe analisar as possíveis consequências pós-pandemia, frente à precarização no acesso ao conhecimento, por estudantes de três instituições de ensino. As discussões teóricas estão apoiadas nos referenciais de Arendt, Libâneo, Rohden, Sacristán, Santos, Savater, Saviani e Duarte.

## 2 Argumentação

Enquanto profissionais da saúde fazem o enfrentamento do vírus, apesar das inúmeras adversidades, os profissionais da educação, assistem à gravíssima enfermidade do segmento educacional escolar, sem possibilidade ou condições de intervir efetivamente em curto ou médio prazo. Este cenário, provocado pela pandemia do COVID-19, tem mobilizado a sociedade a pensar nas diferenças do acesso ao conhecimento aos estudantes da escola pública e da escola privada, apontando a importância da instrução e, também, a necessidade de um olhar atencioso à precarização do ensino e do acesso ao conhecimento. Essa precariedade está para além da infraestrutura necessária para as atividades pedagógicas na escola, mas da realidade de vida dos estudantes em seus lares.

Neste sentido, Libâneo (2013, p. 33) já afirmava que “é necessária uma reflexão de conjunto para uma compreensão mais correta dos problemas da escola pública”. Temos uma série de fatores que vão além do ato de ensinar ou acessar às aulas, presencialmente ou não. Portanto, apenas pensar em formas alternativas de promover meios para realizar a instrução, sem o alcance de todos, significa a falência do sentido da coisa pública, do ato de democratizar.

Desta forma, democratizar o ensino poderia significar a promoção da instrução<sup>4</sup> em iguais condições a todos os estudantes? Teoricamente sim. Também sabemos que a responsabilidade da instrução cabe à escola e que “[...] o governo se põe acima dos conflitos entre as classes sociais e das desigualdades, fazendo recair os problemas na incompetência das pessoas, e que a escolarização pode reduzir as diferenças sociais, porque dá oportunidades a todos”, reiterado por Libâneo, (2013, p. 19). No entanto, o mesmo autor questiona se o governo tem assegurado as condições necessárias, por meio do cumprimento de suas obrigações sociais, para o provimento de um ensino de qualidade para todos.

Nesta perspectiva, Libâneo (2013, p. 19) chama a atenção para as “concepções parciais da realidade que escondem os conflitos sociais e tentam passar uma ideia positiva das coisas”, ignorando muitas vezes que os problemas são decorrentes de uma estrutura social. E, por conseguinte, complementa que “a prática educativa, portanto, é parte integrante da dinâmica das relações sociais, das formas da organização social. Suas finalidades e processos são determinados por interesses antagônicos das classes sociais” (LIBÂNEO, 2013, p. 19-20). Sendo assim, as organizações administrativas e curriculares caminham em direções ou ritmos diferentes, porque atendem a interesses distintos, os quais privilegiam àqueles que tem acesso ou poder econômico.

Propor atividades impressas, enviar planos de ensino por e-mail ou postar propostas de exercícios em página virtual, como meio de interação com estudantes, experiências vivenciadas em escola municipal e estadual, não constituíram um percurso formativo de aprendizagem escolar, tão pouco de relações, já que evidenciaram as limitações nas possibilidades de acesso.

4 De acordo com Libâneo (2013, p. 22), “a instrução se refere a formação intelectual, formação e desenvolvimento das capacidades cognitivas mediante o domínio de certo nível de conhecimento sistematizados”.

Há, outrossim, a desarticulação no curso de ação, como conceitua Sacristán:

Uma tarefa não é uma atividade instantânea, desordenada e desarticulada, mas algo que tem uma ordem interna, um curso de ação que, de alguma forma, pode se prever porque obedece a um esquema de ação prática, que mantém um prolongamento no tempo ao se desenvolver através de um processo, desencadeando uma atividade nos alunos e com uma unidade interna que a torna identificável e diferenciável de outras tarefas. (SACRISTÁN, 2017, p. 208).

Libâneo (2013) explicita seus pressupostos, afirmando que a escola é a oportunidade que os estudantes têm para democratizar o conhecimento, tendo acesso à ciência para que possam pensar e resolver os problemas da realidade vivenciada. No entanto, se esta oportunidade está sendo negligenciada, mediante quadro pós-pandemia, o que restará? Santos (2020, p. 31-32) avalia que:

[...] nova articulação pressupõe uma viragem epistemológica, cultural e ideológica que sustente as soluções políticas, econômicas e sociais que garantam a continuidade da vida humana digna no planeta. Essa viragem tem múltiplas implicações. A primeira consiste em criar um novo senso comum, a ideia simples e evidente de que sobretudo nos últimos quarenta anos vivemos em quarentena, na quarentena política, cultural e ideológica de um capitalismo fechado sobre si próprio e a das discriminações raciais e sexuais sem as quais ele não pode subsistir. A quarentena provocada pela pandemia é afinal uma quarentena dentro de outra quarentena. Superaremos a quarentena do capitalismo quando formos capazes de imaginar o planeta como a nossa casa comum e a Natureza como a nossa mãe originária a quem devemos amor e respeito. Ela não nos pertence. Nós é que lhe pertencemos.

Estamos assujeitados a um sistema em que as condições sociais, políticas e econômicas existentes ganham espaço para influenciar nos processos de ensino e aprendizagens escolares? Parece-nos que estamos envoltos em muitos questionamentos e poucas respostas. Contudo, assim como um profissional da saúde estuda as inúmeras possibilidades de cura e prevenção da doença, nós educadores precisamos vestir nossa força e coragem e cumprir o juramento, sem esquecer que “a escolarização necessária é aquela capaz de proporcionar a todos os alunos, em igualdade de condições, o domínio dos conhecimentos sistematizados e o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais requeridos para a continuidade dos estudos” (LIBÂNEO, 2013, p. 34).

Neste período em que as escolas públicas estão fechadas e apenas as instituições privadas estão conseguindo ofertar aulas síncronas, com a garantia de acesso pelos seus alunos, caminha-se para outro tipo de distanciamento, o intelectual. O acesso ao conhecimento não está sendo democratizado, isto é, está cada vez mais elitizado. Com isso, Libâneo não tem dúvidas sobre a discriminação dos mais pobres:

Estes, quando conseguem permanecer na escola, acabam recebendo uma educação e um preparo intelectual insuficientes [...] em uma sociedade marcada pela desigualdade social e econômica as oportunidades não são iguais e muito menos não são iguais as condições sociais, econômicas e culturais de ter acesso e tirar proveito das oportunidades educacionais. (LIBÂNEO, 2013, p. 35-36).

Na opinião de Savater (2012, p. 14) “pouco se terá avançado enquanto o ensino básico não for prioritário em inversão de recursos, em atenção institucional e também como centro de interesse público”. Enquanto as escolas privadas estão investindo em tecnologias, infraestrutura,

profissionais qualificados, as escolas públicas permanecem estagnadas em termos de mudanças na sua infraestrutura, em campanhas para aquisições de materiais básicos, para atender alguns alunos que não tem nem o lápis ou o caderno, muito menos um dispositivo com internet para aulas síncronas ou tarefas assíncronas.

Vamos enfrentar o contexto em que estamos inseridos ou migrar para uma “comunidade preferível”? A questão é escolher o lado para mostrar o quanto é qualificado? Os melhores resultados podem expressar os maiores esforços? Pensamos que a educação é a mesma em todos os lugares, cabendo em primeiro lugar defender a democratização. Precisamos salvar todos nesta pandemia. Não podemos nos conformar com os óbitos, com as perdas. Neste sentido, Savater, contribui:

A educação tem como objetivo completar a humanidade do neófito; essa humanidade, no entanto, não pode se realizar abstratamente nem de modo totalmente genérico, e ela também não consiste no cultivo de um germe idiossincrásico latente em cada indivíduo, mas tenta cunhar uma orientação social precisa, a que comunidade considera preferível. (SAVATER, 2012, p. 136).

A urgência não pode ser sinônimo de imprudência ou de impulsividade. Precisamos ouvir os especialistas, evitar o campo das opiniões, dos achismos, das ideologias vazias, buscar maturidade reflexiva e enfrentar esta crise que efetivamente se agravou. Estamos necessitando de oxigênio, de respirador, e a educação escolar clama vida, oportunidades, superação. Rohden (2013, p. 21) chama a atenção da humanidade ao exprimir que “tem-se dito que o grande problema moderno é a educação da juventude. Não é bem exato – há um problema ainda maior. O grande problema, ou melhor, a crise mais dolorosa do homem moderno é a crise existencial – o homem de hoje sofre de uma caótica frustração existencial (ROHDEN, 2013, p. 21). Ainda complementa (ROHDEN, 2013, p. 31) ao afirmar que “instrução e educação são como duas linhas paralelas que não convergem (se favorecem), nem divergem (se desfavorecem)”.

Pensar no trabalho pedagógico da educação pública<sup>5</sup> como espaço de socialização do conhecimento, balizando ações em favor de todos os estudantes, é um movimento na contramão do caminho atual, mas deve se tornar uma política pedagógica institucional recomendada, contrariando as ações dirigidas pelo privilégio ao capital financeiro.

No caso dessa contradição inerente à educação escolar na sociedade capitalista, o movimento pode se produzir ao menos em duas direções. Uma delas, desfavorável aos interesses da classe dominante, consiste em ações que – desde o plano da política educacional até o do trabalho em sala de aula, passando pelo da difusão de pedagogias que postulam para a escola quase todas as funções, menos a de transmissão sistemática de conhecimento. (SAVIANI; DUARTE, 2012, p. 2).

É perceptível uma intencionalidade nesta estrutura educacional que não está disponível a todos nos mesmos termos de qualidade. Uma escola com infraestrutura deficitária e profissionais esgotados em meio a projetos das mais variadas formas para os mais pobres, descontextualizados ao eixo curricular, e uma escola qualificada para os mais ricos, empoderados, futuros empresários ou detentores do conhecimento. A configuração atual, apesar de todas as críticas, faz parte

5 “A escola pública deve ser unitária. O ensino básico é um direito fundamental de todos os brasileiros e um dever do Estado para com a sociedade, cabendo-lhe a responsabilidade de assegurar a escolarização da população. É unitária porque deve garantir uma base comum de conhecimentos expressos em um plano de estudos básicos de âmbito nacional, garantindo um padrão de qualidade do ensino para toda a população. Com base em um plano nacional de educação escolar, cabe aos estados a coordenação das atividades de ensino, com a cooperação dos municípios”. (LIBÂNEO, 2013, p. 36).

de um projeto de estado, de sociedade e de organização das relações humanas que precisa ser transformado aos poucos.

A qualidade da educação desejada pela sociedade depende de uma vida qualificada para os cidadãos. Nossa democracia ainda é jovem e tem muito a melhorar, sobretudo na criação de condições e possibilidades para que as pessoas possam acessar ao que torna uma vida boa e digna. E dentro desse processo, torna-se fundamental democratizar o acesso ao conhecimento, com a compreensão de que a pandemia tenciona o aumento de um fosso que já expressa um distanciamento muito grande do acesso à ciência, sem contar a forma como a cultura das minorias é ignorada.

O sistema escolar estrutura-se de forma fragmentada, reproduzindo a divisão social do trabalho e a lógica do mercado. O acesso ao conhecimento dá-se de maneira profundamente desigual e seletiva. Tudo isso, entretanto, é camuflado pelo discurso de respeito às diferenças culturais, pelo fetichismo da democratização do acesso ao conhecimento, espontaneamente assegurada pelas tecnologias de informação e pelos objetivos da subordinação escolar a uma lógica de permanente esforço do indivíduo para se adaptar às mudanças constantes das condições de vida e de trabalho, normalmente no sentido da precarização. (SAVIANI; DUARTE, 2012, p. 2-3).

A obscuridade e o lado oculto da história, por vezes, contribui para alienar as pessoas e deixá-las suscetíveis, especialmente se não há acesso às informações e ao conhecimento pelos meios adequados. De certa forma, a sociedade vem passando por tempos sombrios, que se repetem na história, que exigem uma atenção para não produzir novas catástrofes humanas. Questões que não estão ligadas a lutas internas ou externas, mas se reconstituem no tempo, relacionadas a todas as formas de desumanização, seja por raça, por crença ou por modo de vida cultural. Para Arendt (2008, p. 19) a “história conhece muitos períodos de tempos sombrios, em que o âmbito público se obscureceu e o mundo se tornou tão dúbio que as pessoas deixaram de pedir qualquer coisa à política além de que mostre a devida consideração pelos seus interesses vitais e liberdade pessoal.” Por meio da reflexão ampla e aprofundada é que podemos cuidar para que as mazelas criadas não sejam repetidas. Um viver sem pensar, movido pelo frenesi do tecnicismo, pode implicar em ações desumanas sem a responsabilização devida e sem a elucidação dos que nelas estavam comprometidos intencionalmente. Assim,

[...] a própria humanidade do homem perde sua vitalidade na medida em que ele se abstém de pensar e deposita sua confiança em velhas ou mesmo novas verdades, lançando-as como se fossem moedas com que se avaliassem todas as experiências. E, no entanto, se isso é verdadeiro para o homem, não é verdadeiro para o mundo. O mundo se torna inumano, inóspito para as necessidades humanas que são as necessidades de mortais -, quando violentamente lançado num movimento onde não existe mais nenhuma espécie de permanência. (ARENDR, 2008, p. 18).

Essa questão expõe o sentido mais profundo da educação, de constituir as bases da construção da convivência humana em sociedade com regimes políticos diversos. Por mais que haja uma relação de causa e efeito da escola e sociedade, ambas se constituem num processo dialético de projetos, intenções e horizontes possíveis. Como o humano se constitui pedagogicamente, a educação tem um papel central na formação dos sujeitos que serão responsáveis pelo mundo. Assim, a forma ou proposta de educação que se efetiva contribui para as apostas de sociedade que esperamos e desejamos consolidar.

Com a pandemia do novo coronavírus tornou-se mais claro que a efetividade de uma escola do conhecimento (LIBÂNEO, 2012) requer muito esforço político e pedagógico. A congregação de forças para manter a escola funcionando no isolamento social revela que todas as apostas no processo de aprendizagem requerem uma estrutura de assistências que não podem ser supridas com medidas paliativas. Além da falta de acesso à internet, falta de computador e espaço adequado nas casas para momentos de estudos, coisas básicas para um aprendizado razoável, há uma limitação de infraestrutura de ensino, seja de qualificação para uma docência virtual, seja de instrumentos e plataformas que possibilitem uma relação de conhecimento entre os professores e alunos.

### 3 Considerações finais

A organização estrutural da educação nos termos de colocar todos os alunos na escola é algo que estava sendo realizado com certa eficácia, pois tem uma dimensão mais simples de realização. A principal implicância nesse projeto de uma educação para todos está num consenso de vontade política dos gestores. Agora, com a pandemia, essa conquista perdeu força, pois é preciso fazer o percurso inverso, da escola ir até os alunos. Mas, a complexidade real da educação escolar está na efetivação de um sentido vital da aprendizagem para as crianças que passam grande parte dos primeiros anos de sua vida em uma sala de aula. Há um significado sociocultural das políticas públicas de educação, quando é levado em conta o enfrentamento do sentido pedagógico existencial de uma convivialidade comum.

Há um questionamento sobre as mudanças ou não do mundo pós-pandemia. Sempre há mudanças, pois as pessoas não permanecem as mesmas com o passar de qualquer tempo. Na educação não é diferente. Cada época tem suas tarefas e desafios. De modos diversos em épocas distintas, a educação constitui-se num espaço-tempo de entrada qualificada dos neófitos no mundo adulto para cumprir com a responsabilidade que passam a ter sobre o seu presente, numa relação com o passado e em perspectivas com o futuro das gerações que tem por tarefa a renovação do mundo (ARENDDT, 1992).

De um modo simples, pode-se dizer que o objetivo da educação é colaborar para que os cidadãos possam ter uma vida feliz, na convivência com outros em sociedade. Esse caminho a ser percorrido nunca se alcança plenamente em sua idealidade, pois requer um esforço de compreensão e interpretação da tradição, do modo como as gerações precedentes organizaram o mundo, enfim, dos conteúdos que deram forma ao mundo tal como ele se nos apresenta, e de uma vinculação aos desafios do presente em termos de sociabilidade na perspectiva do futuro. O papel da escola não se delimita a cumprir com métodos qualificados de aprendizagem e de quantificação da mesma, mas, além disso, é proporcionar aos alunos condições que permitam qualificar sua vida no todo da sociedade, que, no essencial, se dá por uma boa compreensão da relação do conhecimento com a organização da sociedade.

A especificidade da educação escolar é possibilitar aos alunos o desenvolvimento de formas diferenciadas e elevadas de pensamento e desenvolvimento de competências que tem sua inserção na sociedade a partir das ciências que nela são aprendidas. Essas funções superiores como a memória, a atenção e a reelaboração do aí já dado, cumprem com a funcionalidade da condição humana de pensamento capaz de inovar na formação de conceitos e se desenvolver significativamente no ambiente em que está situado. Essa condição de ser da educação pode

qualificar a vida humana no mundo porque permite uma abertura interpretativa espaço/temporal de construção, formação e ordenação do ambiente em que se vive, ou seja, os alunos tornam-se sujeitos de um conhecimento que condiciona a construção de seu mundo da vida.

O percurso pelo conhecimento de cada ciência é um caminho que manifesta os traços da vida humana organizada em sociedade. O reconhecimento do humano em todo conhecimento é fundamental para uma convivência razoável em termos de menor grau de violência possível. Assim, a dimensão antropológica e psicológica se tornam fundamentais no processo de constituição da subjetividade das novas gerações que passam a ingressar no mundo. O desafio da escola é conciliar esses conhecimentos para que eles possam ter a política em torno de um mundo comum como horizonte principal.

De modo presencial ou virtual, o pressuposto dialógico da educação deve ser sempre mantido entre os sujeitos da educação escolar. Não há dúvida que essa perspectiva está agravada e praticamente inviabilizada exatamente em uma época de tecnologias da comunicação. Por mais que o ser humano grite ou implore por outras forças onipotentes, ninguém o socorrerá dessa tarefa, que é somente sua, de organizar a forma de viver em sociedade. E isso precisa ser aprendido. Assim a educação é o espaço “onde decidimos se amamos nossas crianças e jovens, o bastante para não expulsá-los de nosso mundo e abandoná-los aos seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum” (ARENDDT, 1997, p. 247).

### Referências

- ARENDDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARENDDT, Hannah. *Entre passado e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2013.
- LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.
- ROHDEN, Hubert. *Educação do homem integral*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.
- SACRISTÁN, J. GIMENO. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Penso Editora, 2017.
- SANTOS, Boaventura dos Souza. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.
- SAVATER, Fernando. *O valor de educar*. São Paulo: Planeta, 2012.
- SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas: Autores Associados, 2012.